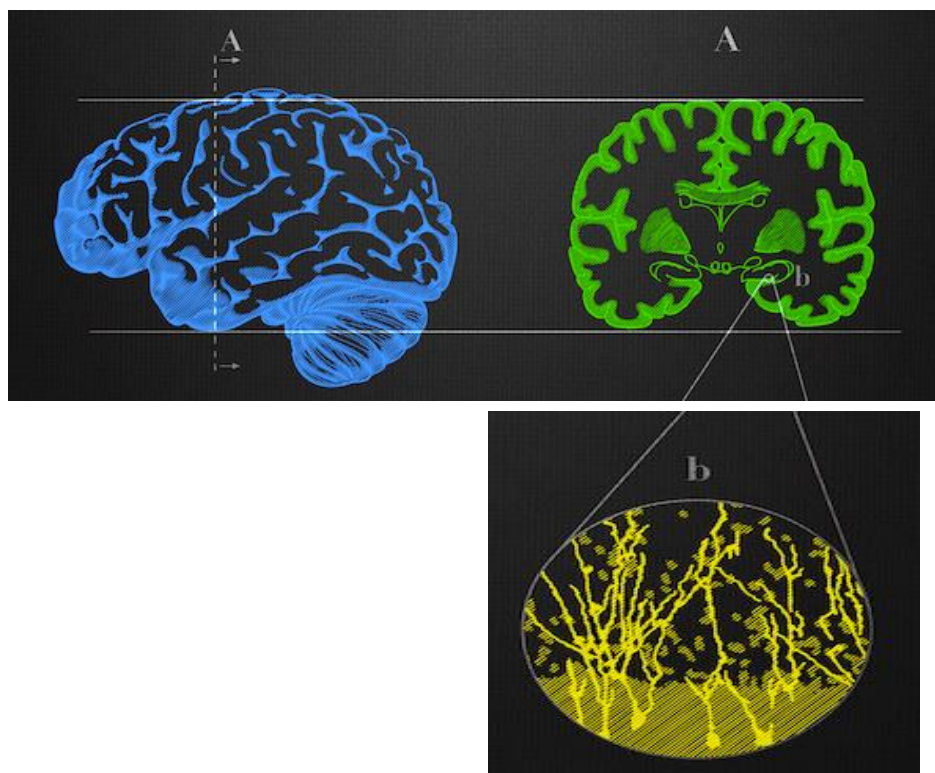




**Deputada Maria de Belém Roseira
Presidente do Partido Socialista**

Bibliotecas das Ciências da Saúde: Que Futuro?



XI Jornadas APDIS
Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
27 de Março de 2014

Bibliotecas de Saúde

Sim

mas Bibliotecas só de Saúde?

Roles for the Librarian in Consumer Health Information and Patient Education

- Collection Management;
- Knowledge and Resource Sharing;
- Advocacy;
- Access and Dissemination of Information;
- Education;
- Research

The Effect of Medical Libraries on Medical Education: Evidence from Osun State, Nigeria

Improving health communication by information managers calls for a variety of approaches, including:

- Improving access to health materials;
- Emphasis on readability and comprehension in these materials; e.g., journals, instruction guides, books, websites, etc., and
- The use of non-written materials such charts, diagrams, photographs, picture books, audio and videotapes, multimedia presentations, and so on (Weldon 2005:413).

The Evolving Role and Value of Libraries and Librarians in Health Care

Changes in medical information and technology are revolutionizing health care. As clinicians try to incorporate research into practice through comparative effectiveness research and decision support, they increasingly depend on technology to bring evidence to the bedside to improve quality and patient outcomes. Integrating current information into the processes of shared decision making and continuous learning supports the application of evidence in clinical decision making. Health sciences libraries and librarians have an increasingly important role in providing that information to clinicians as well as to patients and their families.

The Evolving Role and Value of Libraries and Librarians in Health Care

The University of Rochester shares some info about what's discussed in the essay in this announcement:

“Rather than being seen as the place where books and journals are, we have a new vision for what libraries are and what they can do. We are collaborators and facilitators in patient care,” says Julia F. Sollenberger.

Objective:

The research conducted a large-scale, multisite study on the value and impact of library and information services on patient care.

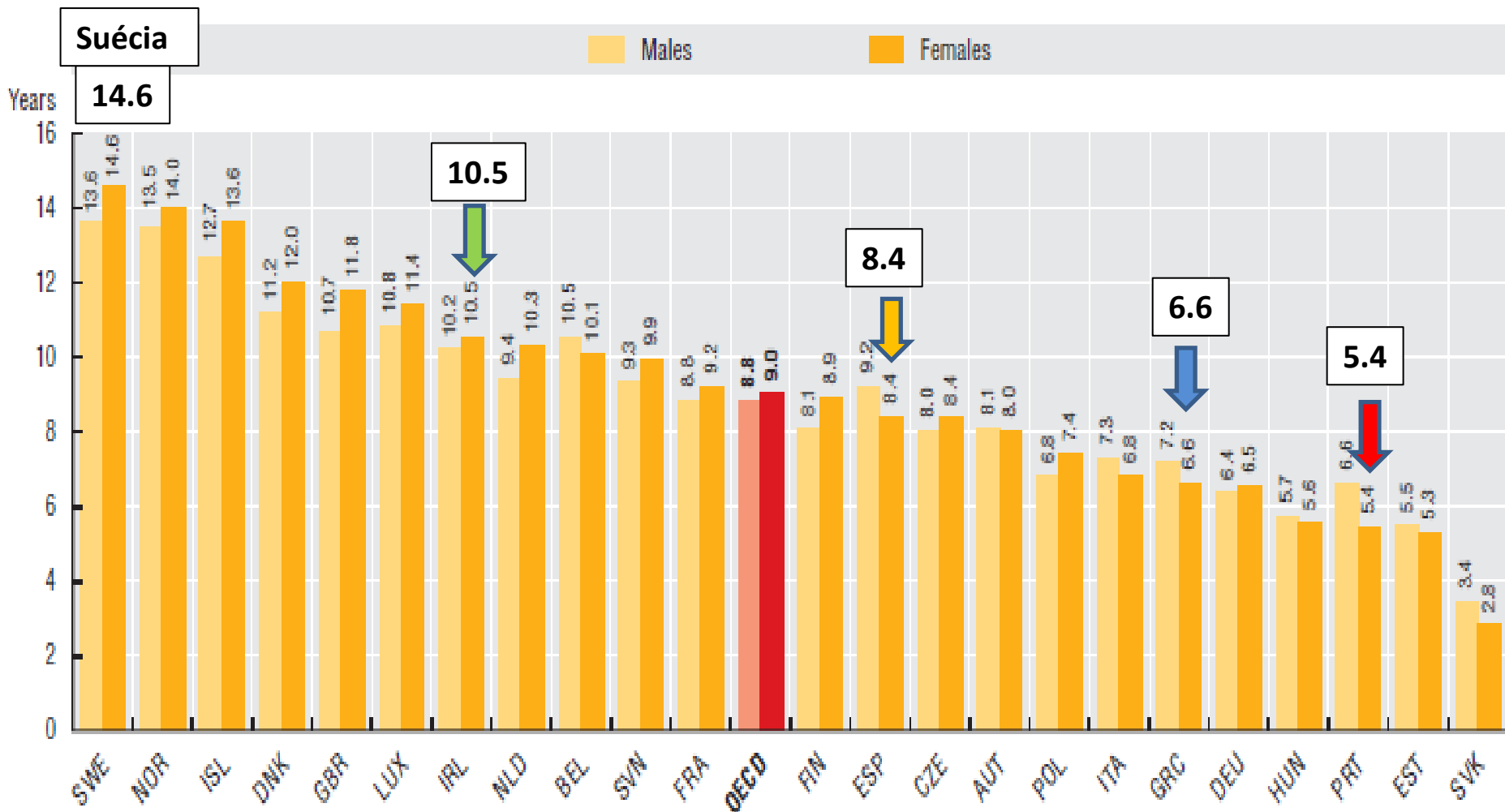
Results:

Of the 16,122 survey respondents, 3/4 said that they had definitely or probably handled aspects of the patient care situation differently as a result of the information. Among the reported changes were advice given to the patient (48%), diagnosis (25%), and choice of drugs (33%), other treatment (31%), and tests (23%). Almost all of the respondents (95%) said the information resulted in a better informed clinical decision. Respondents reported that the information allowed them to avoid the following adverse events: patient misunderstanding of the disease (23%), additional tests (19%), misdiagnosis (13%), adverse drug reactions (13%), medication errors (12%), and patient mortality (6%).

Conclusions:

Library and information resources were perceived as valuable, and the information obtained was seen as having an impact on patient care.

8.1.2 Healthy life years at age 65, European countries, 2009



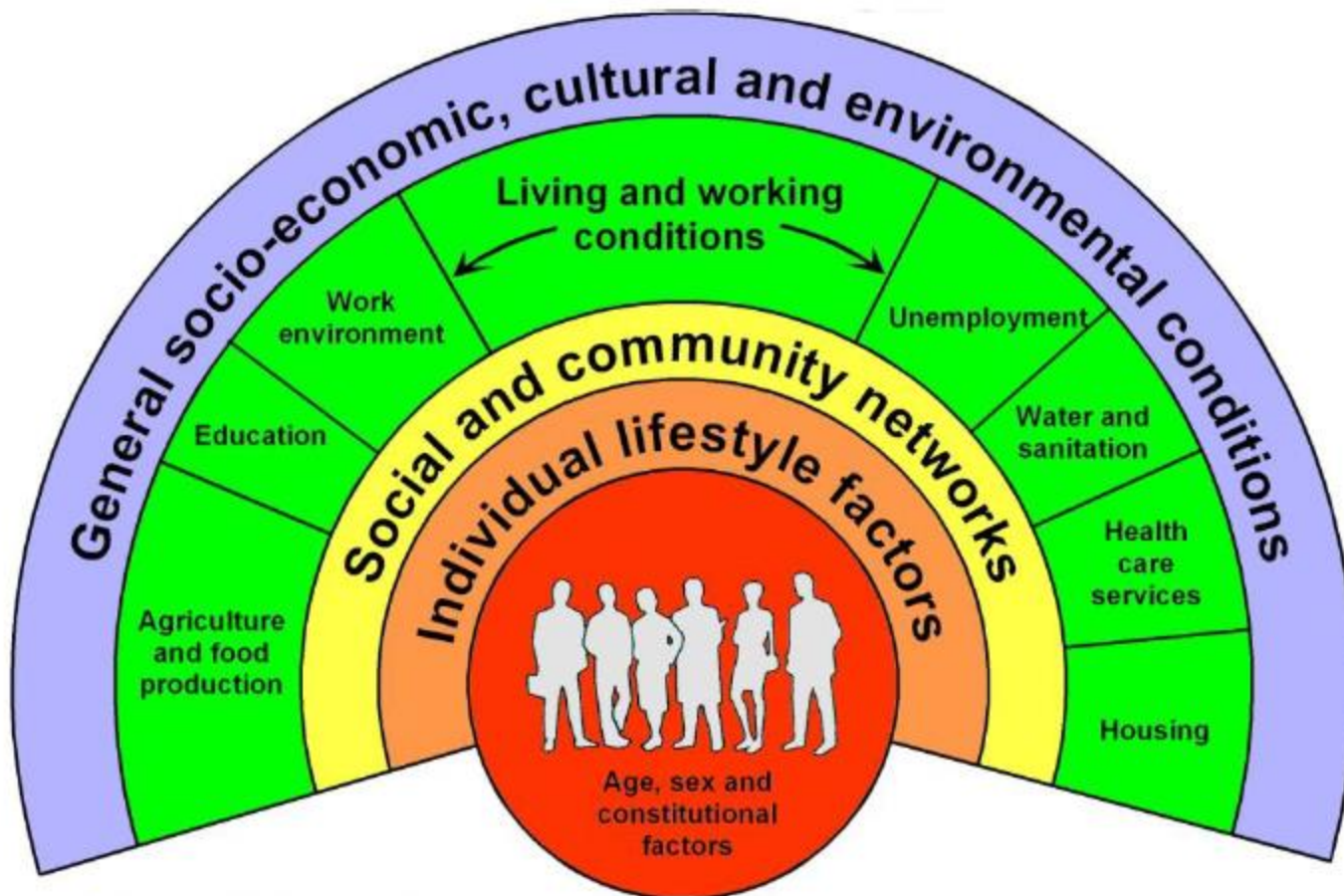
Source: European Health and Life Expectancy Information System (EHLEIS); Eurostat Statistics Database.

Anos de vida saudável após os 65 anos

Determinantes da Saúde



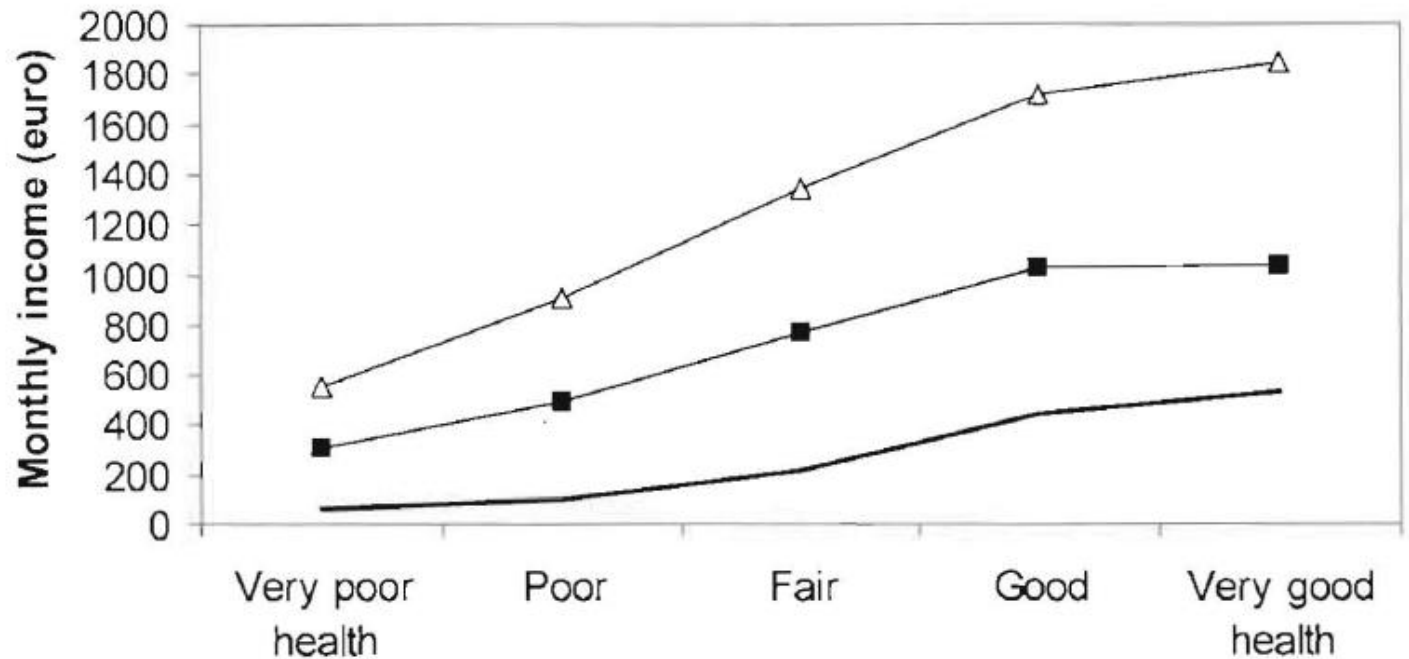
World Health Organization



Source: Dahlgren and Whitehead, 1991

Saúde e Rendimentos

Figure 1: association between health and earnings, per educational level



Health Care System

Objectives

Improve efficiency and effectiveness in the health care system, inducing a more rational use of services and control of expenditures; generate additional savings in the area of pharmaceuticals to reduce the public spending on pharmaceutical to 1.25 per cent of GDP by end 2012 and to about 1 per cent of GDP in 2013 (in line with EU average); generate additional savings in hospital operating costs.

The Government will take the following measures to reform the health system:

Pricing and reimbursement of pharmaceuticals

3.54. Set the maximum price of the first generic introduced in the market to 60% of the branded product with similar active substance. **[Q3-2011];**

3.55. Revise the existing reference-pricing system based on international prices by changing the countries of reference to the three EU countries with the lowest price levels or countries with comparable GDP per capita levels. **[Q4-2011];**

Prescription and monitoring of prescription

3.56. Make electronic prescription for medicines and diagnostic covered by public reimbursement fully compulsory for physicians in both the public and private sector.

[Q3-2011];

3.57. Improve the monitoring system of prescription of medicines and diagnostic and set in place a systematic assessment by individual doctor in terms of volume and value, vis-à-vis prescription guidelines and peers. Feedback is to be provided to each physician on a regular basis (e.g. quarterly), in particular on prescription of costliest and most used medicines, starting from **Q4-2011**. **The assessment will be done through a dedicated unit** under the Ministry of Health such as the Centro de Conferência de Facturas. Sanctions and penalties will be envisaged and enforced as a follow up to the assessment. **[Q3-2011];**

3.58. Induce physicians at all levels of the system, both public and private, to prescribe generic medicines and the less costly available branded product. **[Q3-2011];**

3.59. Establish clear rules for the prescription of drugs and the realisation of complementary diagnostic exams (prescription guidelines for physicians) on the basis of international prescription guidelines. **[Q4-2011];**

3.60. Remove all effective entry barriers for generic medicines, in particular by reducing administrative/legal hurdles in order to speed up the use reimbursement of generics. **[Q4-2011].**

Relatório da Primavera 2013

Medidas de natureza geral

Com o orçamento de estado para 2012, é introduzido um conjunto de medidas em linha com as adotadas em anos anteriores e destinadas, essencial e assumidamente, à consolidação orçamental. De entre estas destacamos:

- ☐ As relativas ao imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS) sobre as quais foi afirmado que continham “relevante redução das deduções e benefícios fiscais para as famílias, sem atualização dos escalões” (PricewaterhouseCoopers & Associados, 2012);
- ☐ As relativas à segurança social com “...uma significativa diminuição das despesas com prestações sociais”;
- ☐ Os impostos indiretos com “forte aumento do imposto sobre valor acrescentado (IVA) e do imposto especial sobre o consumo (IEC), a par da introdução de novo IEC sobre a eletricidade”;
- ☐ Também os impostos sobre o património como, por exemplo, o imposto municipal sobre imóveis (IMI) sofreram um agravamento.

Todas estas medidas tiveram como efeito imediato a diminuição do poder de compra das pessoas.

Relatório da Primavera 2013

Para avaliar o potencial impacto da crise na acessibilidade aos medicamentos por parte de um dos grupos sociais mais vulneráveis, desenvolveu-se um estudo em farmácias comunitárias da área metropolitana de Lisboa (detalhado em capítulo próprio), dirigido a pessoas com mais de 65 anos, consumidores de pelo menos um medicamento de forma continuada. Dos principais resultados destacamos:

-Mais de 2/3 dos doentes (69%) responderam ter substituído os medicamentos que tomavam por alternativas mais baratas, o que corrobora a adequação de políticas promotoras do mercado de genéricos às necessidades dos doentes, como a prescrição por DCI implementada no ano de 2012;

-Cerca de 30% dos inquiridos reportou redução do acesso aos cuidados de saúde por motivos económicos, dos quais a consulta médica particular foi a mais frequentemente reportada, seguida da consulta de medicina dentária. De realçar que também no acesso aos serviços públicos de saúde, como a consulta médica no centro de saúde ou hospital, a ida à urgência e os meios complementares de diagnóstico foram reportadas dificuldades;

-Cerca de 30% dos inquiridos respondeu ter deixado de tomar medicamentos ou ter aumentado o espaçamento entre as tomas, em resultado das dificuldades económicas sentidas.

Relatório da Primavera 2013

O aumento da **ansiedade e depressão** em Portugal tem vindo a ser identificado por diferentes fontes: questionários sobre as perceções dos profissionais (OPSS, 2012) e registos clínicos dos médicos de família. Dados preliminares da região do norte já anteriormente referida, indicam um aumento de 30% dos casos de depressão entre 2011 e 2012 (Barbosa, 2013). Também as tentativas de suicídio apresentam, entre 2011 e 2012, um aumento de 47% no sexo feminino e 35% no sexo masculino, de acordo com os mesmos dados (Barbosa, 2013).

Quadro 11 – Depressão nos registos dos médicos de família (USLAM; n=244.836)

	Depressão		Tentativas de suicídio	
	H	M	H	M
2011	1.555	7.180	40	93
2012	2.027	9.405	54	137
	30%	31%	35%	47%

Fonte: Barbosa, 2013.

No que se refere à **aquisição de medicamentos**, verificou-se um aumento de 7,6% na aquisição de antidepressivos e estabilizadores de humor e um ligeiro aumento (1,5%) nos ansiolíticos e hipnóticos no mercado ambulatorio, entre 2011 e 2012 (INFARMED, 2013a). Estes aumentos parecem significativamente maiores na população acima dos 65 anos: as prescrições de ansiolíticos mais que duplicaram entre 2011 e 2012 neste grupo etário, enquanto os antidepressivos e estabilizadores do humor quase duplicaram no mesmo período temporal (IMS Health, 2013). Estas alterações não parecem dever-se à redução do preço dos medicamentos.

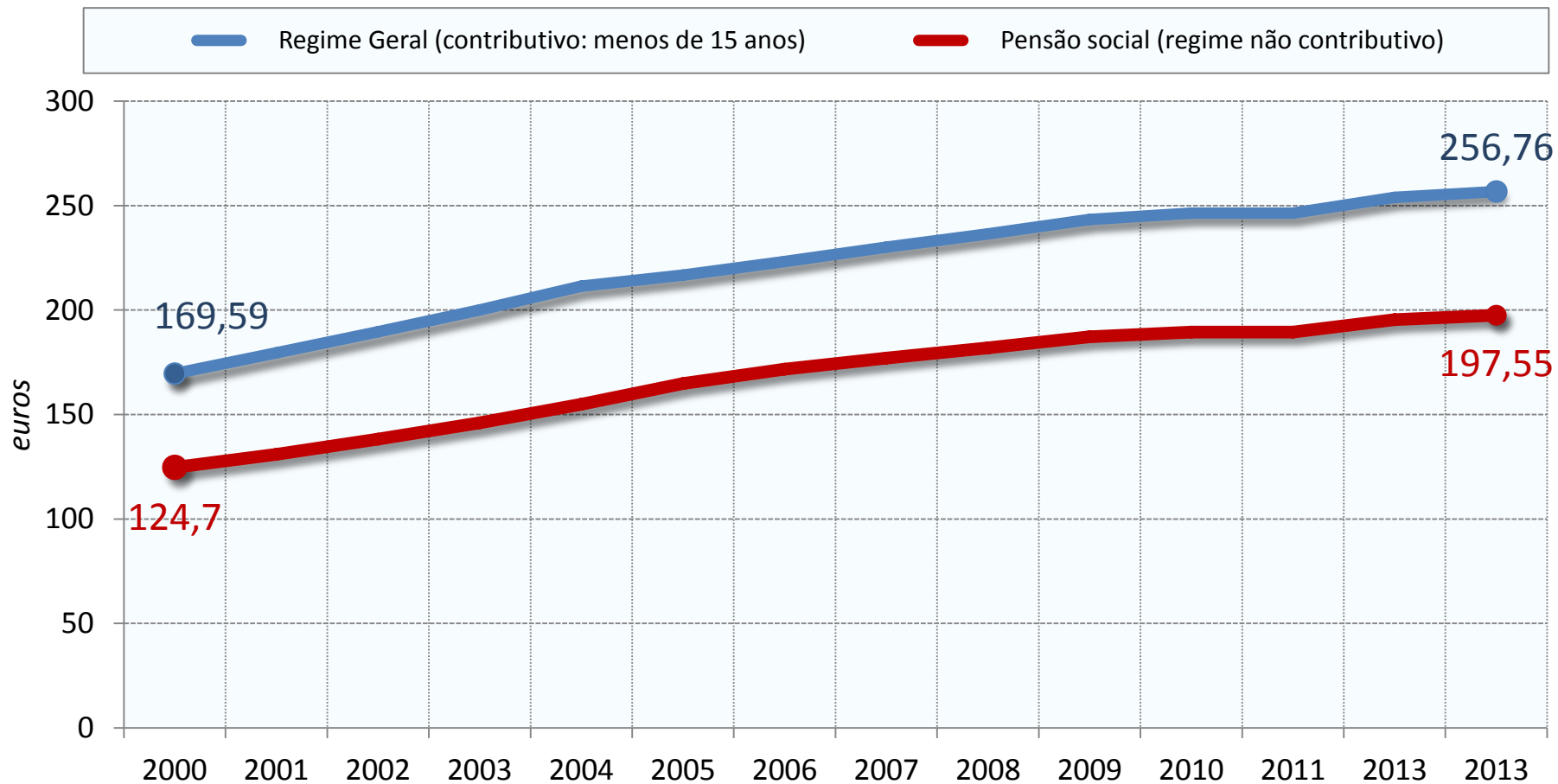
Relatório da Primavera 2013

Figura 3 – Respostas das políticas de saúde às crises económicas e financeiras



Fonte: Adaptado de Mladovsky *et al.*, 2012.

Valor Mínimo Mensal das Pensões da Segurança Social 1990 - 2013



Aumento das Pensões da CGA e SS 2007 - 2012

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
FUNÇÃO PÚBLICA						
	<= 604,5	<= 611,12	<= 628,83	<=628,83	<=628,83	<=628,83
Variação Nominal (%)	2,5	2,4	2,9	1,25	0,00	0,00
	> 604,5 e <= 2418,00	> 611,12 e <= 1222,23	> 628,83 e <= 2.515,32	> 628,84 e <= 1.500	> 628,84 e <= 1.500	> 628,84 e <= 1.500
Variação Nominal (%)	1,5	1,9	2,4	1,00	0,00	0,00
	> 2418,00	> 1222,23 e <= 2444,46	> 2.515,32 e <= 5030,64	>= 1.500	>= 1.500	>= 1.500
Variação Nominal (%)	0,0	1,6	1,5	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA SOCIAL						
1º Escalão (€)*	<= 596,79	<= 611,12	<= 628,83	<=628,83	<=628,83	<=628,83
Variação Nominal (%)	3,1	2,4	2,9	1,25	0,00	0,00
2º Escalão (€)*	> 596,79 e <= 2.387,16	> 611,12 e <= 2.444,46	> 628,83 e <= 2.515,32	> 628,84 e <= 1.500	> 628,84 e <= 1.500	> 628,84 e <= 1.500
Variação Nominal (%)	2,6	1,9	2,4	1,00	0,00	0,00
3º Escalão (€)*	> 2.387,16 e <= 47774,32	> 2.444,46 e <= 4888,92	> 2.515,32 e <= 5030,64	>= 1.500	>= 1.500	>= 1.500
Variação Nominal (%)	2,4	1,65	1,5	0,00	0,00	0,00
Nota: Salário Mínimo Nacional (€)	403,0	426,0	450,0	475,0	485,0	485,0
NOTA 1 :	NOTA 2 :					
IAS 2007 = 397,86	1º Escalão: até 1.5 IAS					
IAS 2008 = 407,41	2º Escalão: > 1,5 e <=6 IAS					
IAS 2009 = 419,22	3º Escalão: > 6 e <= 12 IAS					
IAS 2010 = 419,22						
IAS 2011 = 419,22						
IAS 2012 =419,22						

*Em 2008, aos montantes das pensões resultantes desta actualização, acresce o aumento extraordinário equivalente a 2/14 do aumento normal

Fonte: Segurança Social

Evolução das Pensões Mínimas 2000 - 2013

	2000	2001	2002	2003		2004		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
				Janeiro	Junho	Janeiro	Junho									
Regime Geral (€)	169,59	179,56	189,54	197,12	200,00	208,00	211,50	216,79	223,24	230,16	236,47	243,32	246,36	246,36	254,00	256,79
V. Nominal (%)	4,29	5,88	5,56	4,00	-	5,52	5,75	2,50	2,98	3,10	2,74	2,90	1,25	0,00	3,10	1,10
V. Real (%)	1,39	1,48	1,96	0,70	-	3,12	5,75	0,20	-0,12	0,60	0,14	3,70	-0,15	-1,40	0,30	0,20
Regime Agrícola	126,20	147,39	170,14	176,95	179,00	186,16	189,88	199,37	206,07	212,46	218,29	224,62	227,43	227,43	234,48	237,06
V. Nominal (%)	4,55	16,79	15,44	4,00	-	5,20	6,08	5,00	3,36	3,10	2,74	2,90	1,25	0,00	3,10	1,10
V. Real (%)	1,65	12,39	11,84	0,70	-	2,80	6,08	2,70	0,26	0,60	0,14	3,70	-0,15	-1,40	0,30	0,20
Pensão Social	124,70	130,93	138,27	143,80	146,00	151,84	154,88	164,88	171,73	177,05	181,91	187,18	189,52	189,52	195,40	197,55
V. Nominal (%)	5,93	5,00	5,61	4,00	-	5,59	6,08	6,46	4,15	3,10	2,74	2,90	1,25	0,00	3,10	1,10
V. Real (%)	3,03	0,60	2,01	0,70	-	3,19	6,08	4,16	1,05	0,60	0,14	3,70	-0,15	-1,40	0,30	0,20

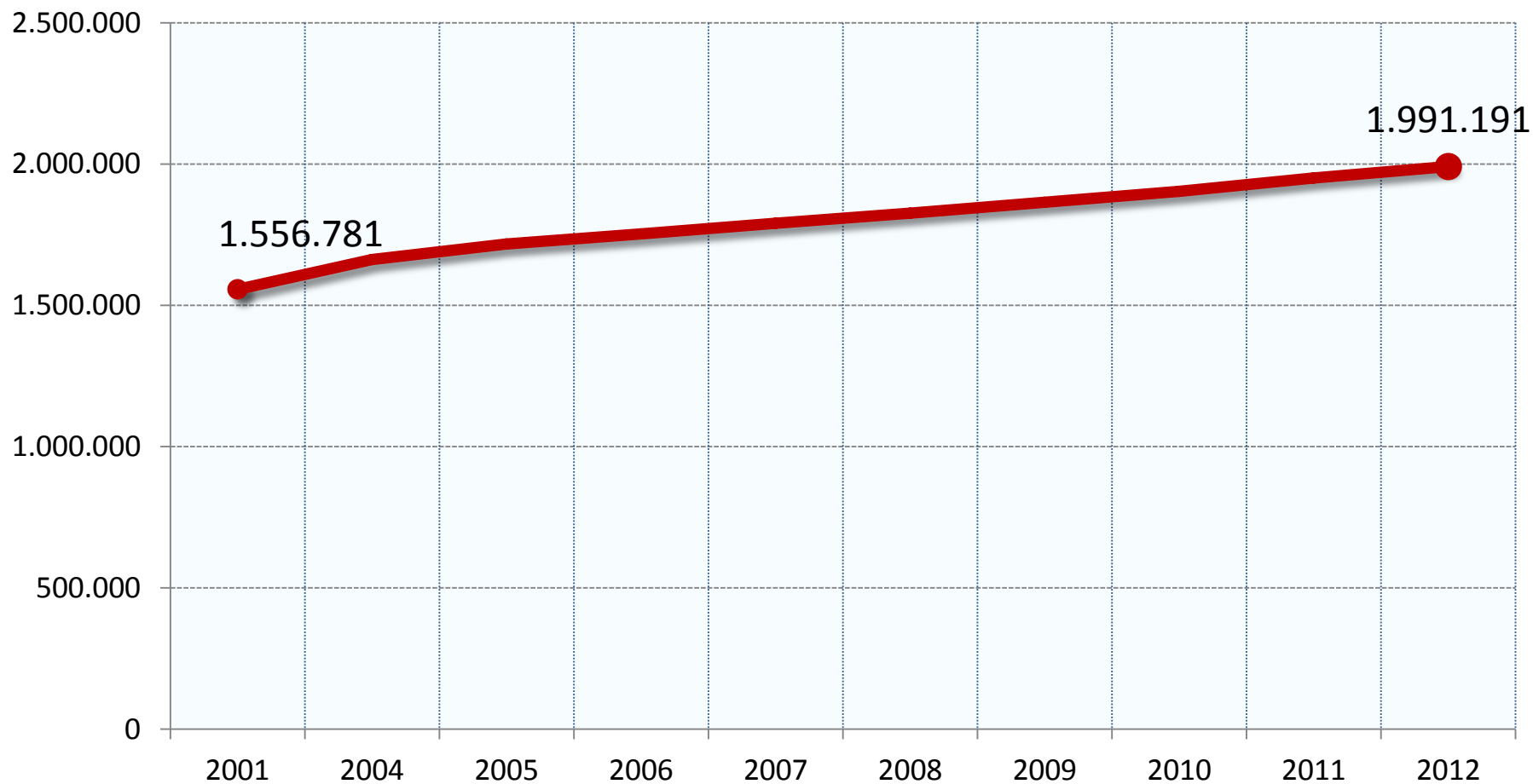
Notas: Em 2008: Aumento extraordinário de 2/14 sobre o aumento regular (2,4%)

Em 2011 Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro - Orçamento de estado para 2011 (Art.º 68º – Congelamento do valor nominal das pensões para 2011)

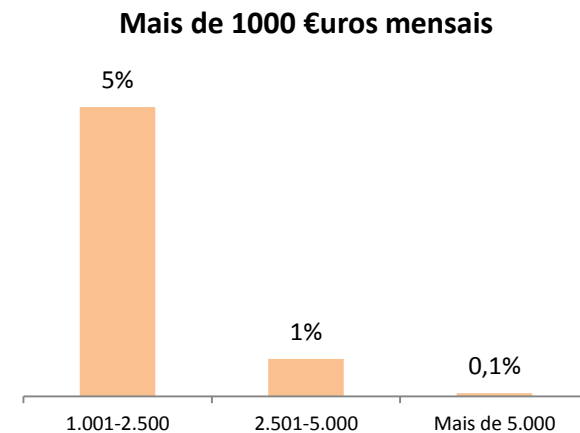
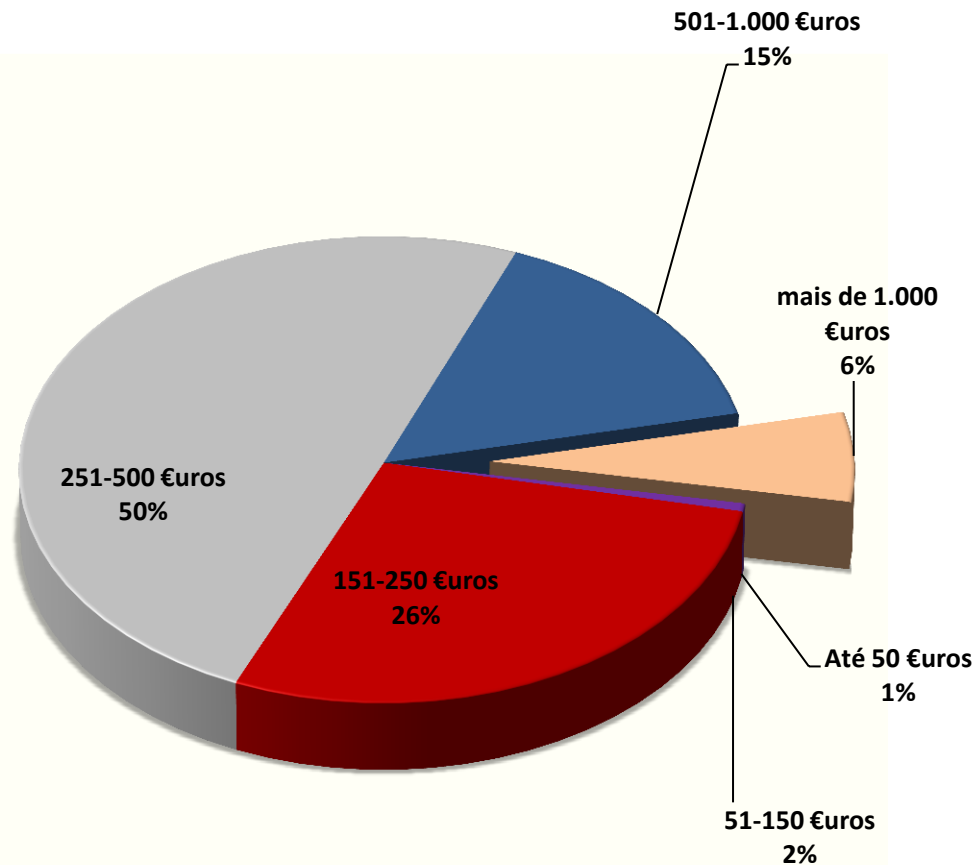
* Previsão do Governo da Taxa de Inflação no Relatório do Orçamento de Estado para 2013: 0,9%

Fonte: Segurança Social: <http://www1.seg-social.pt/left.asp?03.08>

Número de Pensionistas de Velhice da Segurança Social 2001 - 2012

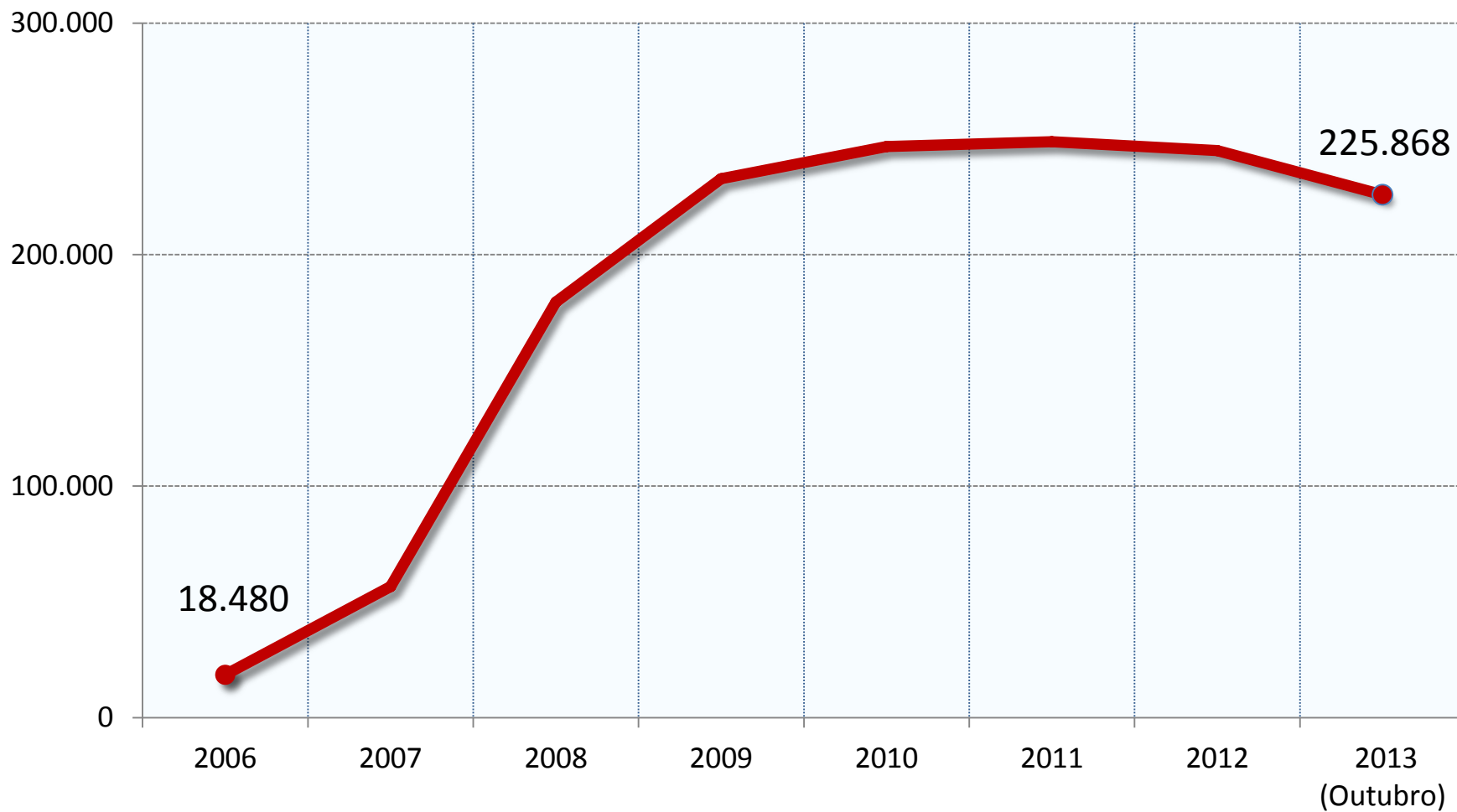


Percentagem de Pensionistas de Velhice do Regime Geral da Segurança Social por Escalão de Pensão mensal (€uros) 2012



Número de Beneficiários do Complemento Solidário para Idosos

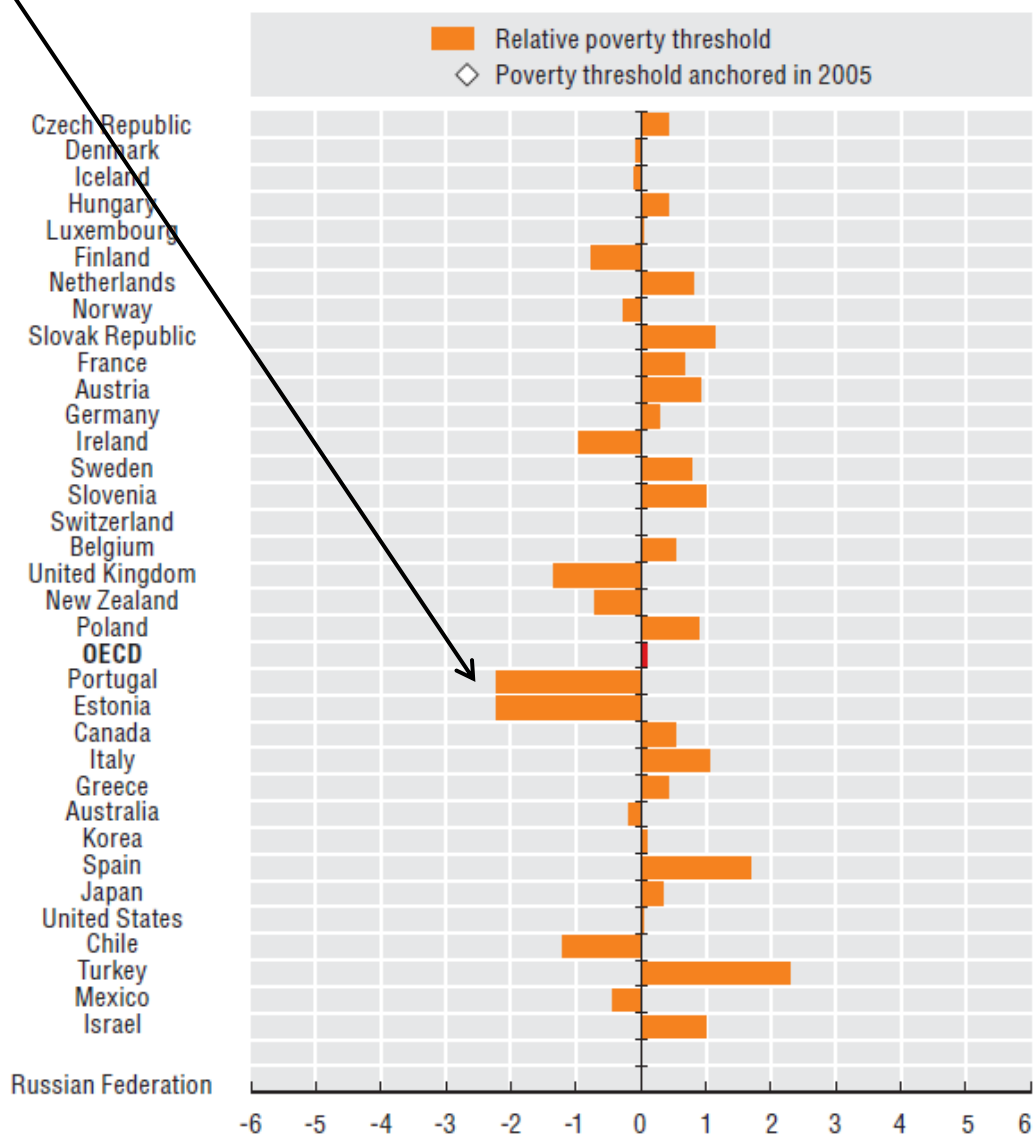
2006 - 2013



Depois de resultados tão positivos que Portugal tinha alcançado em matéria de pobreza e desigualdade, entre 2007 e 2010, reconhecidos pelas instituições internacionais

Como a OCDE reconhece, no relatório *Society at a glance 2014*, publicado na semana passada, **PORTUGAL FOI O PAÍS QUE MAIS REDUZIU A POBREZA ENTRE 2007 E 2010**, (juntamente com a Estónia)

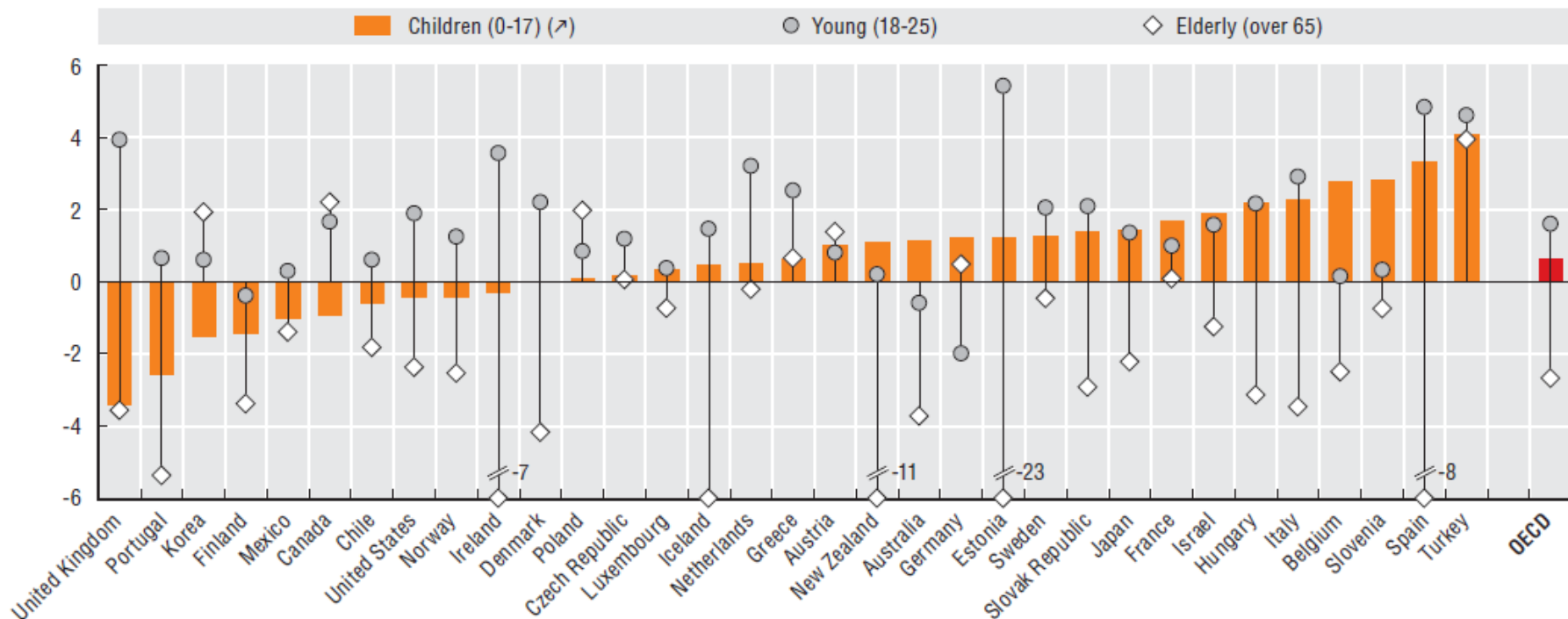
Panel B. Percentage point changes in relative and “anchored” poverty rates between 2007 and 2010



- Foi o 2º país que mais reduziu a pobreza infantil (a seguir ao Reino Unido), enquanto subiu na maior parte dos países (como em Espanha, Alemanha, Irlanda, Grécia, etc)
- Foi o 5º país que mais reduziu a pobreza nos idosos

5.4. Poverty rose among children and youth and fell among the elderly

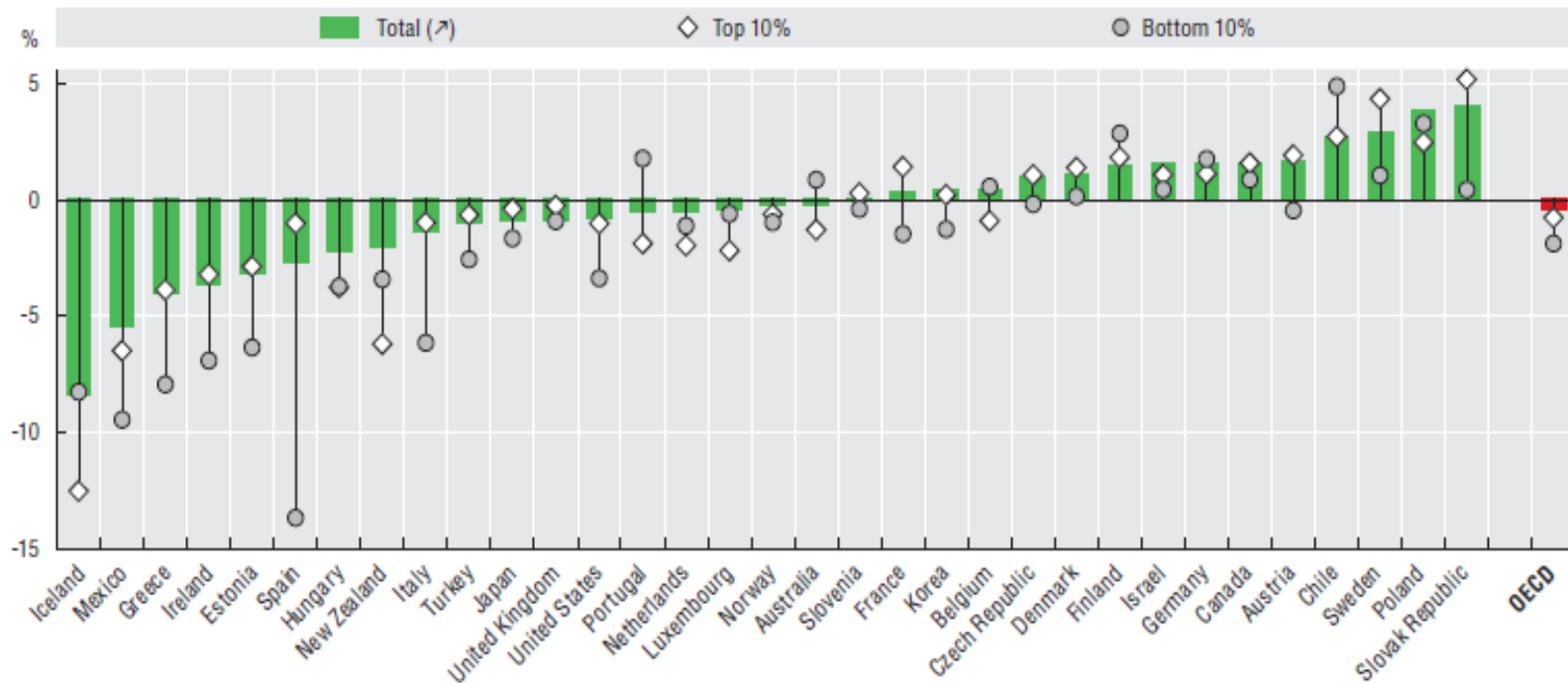
Percentage point changes in relative poverty rates between 2007 and 2010 by age group



- Foi dos países (o 4º a par com a Alemanha) que mais aumentou o rendimento disponível das pessoas mais pobres (10% + pobres) entre o mesmo período (2007-2010), contrariando a tendência da média da OCDE onde os rendimentos dos mais pobres baixaram 2%.
- No mesmo período, o rendimento disponível dos mais ricos (10% com rendimentos mais elevados) baixou 2% enquanto na média da OCDE essa quebra foi de 0,8%

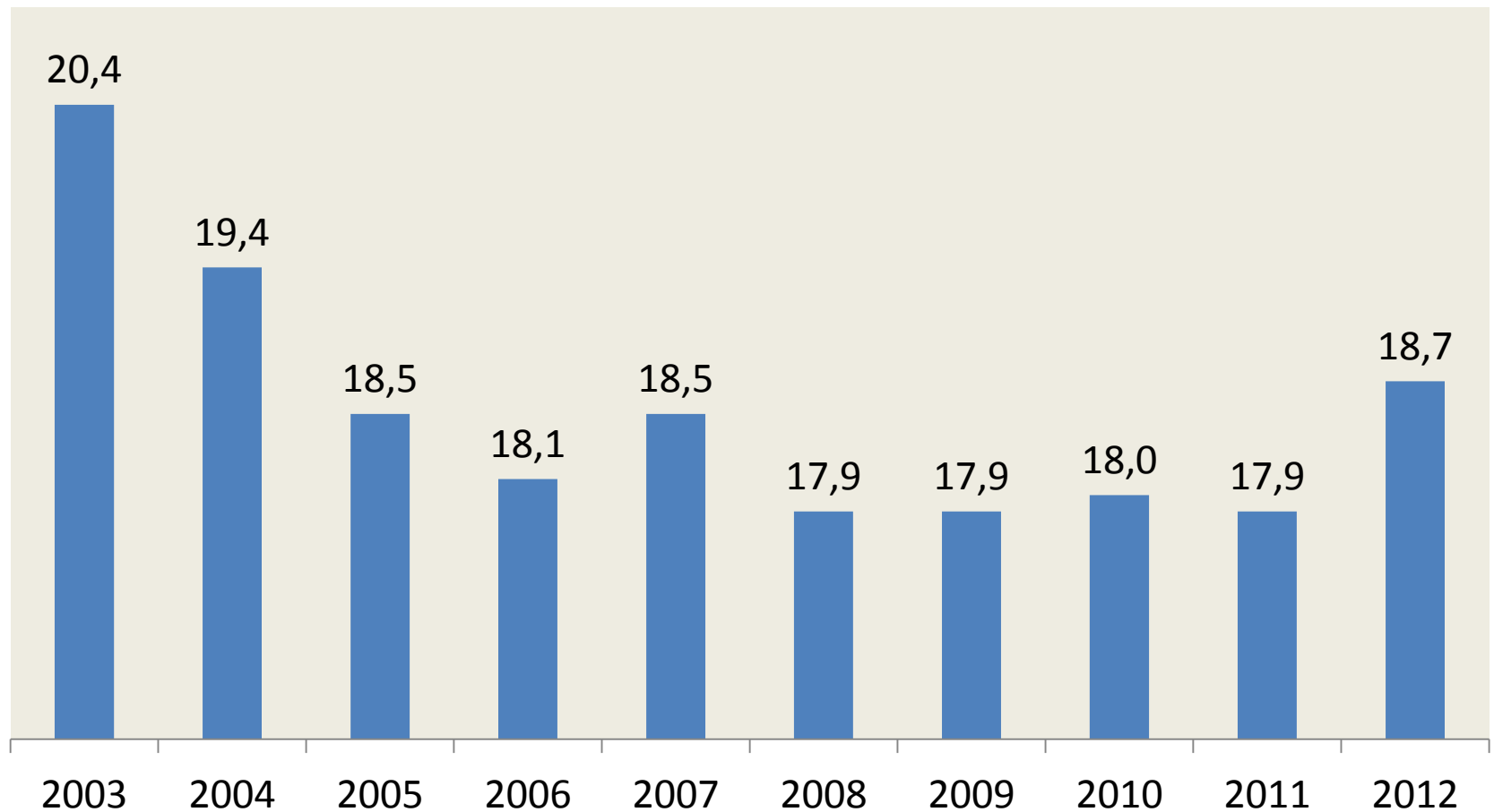
3.2. Poorer households tended to lose more or gain less between 2007 and 2010

Annual percentage changes in disposable income between 2007 and 2010, by income group

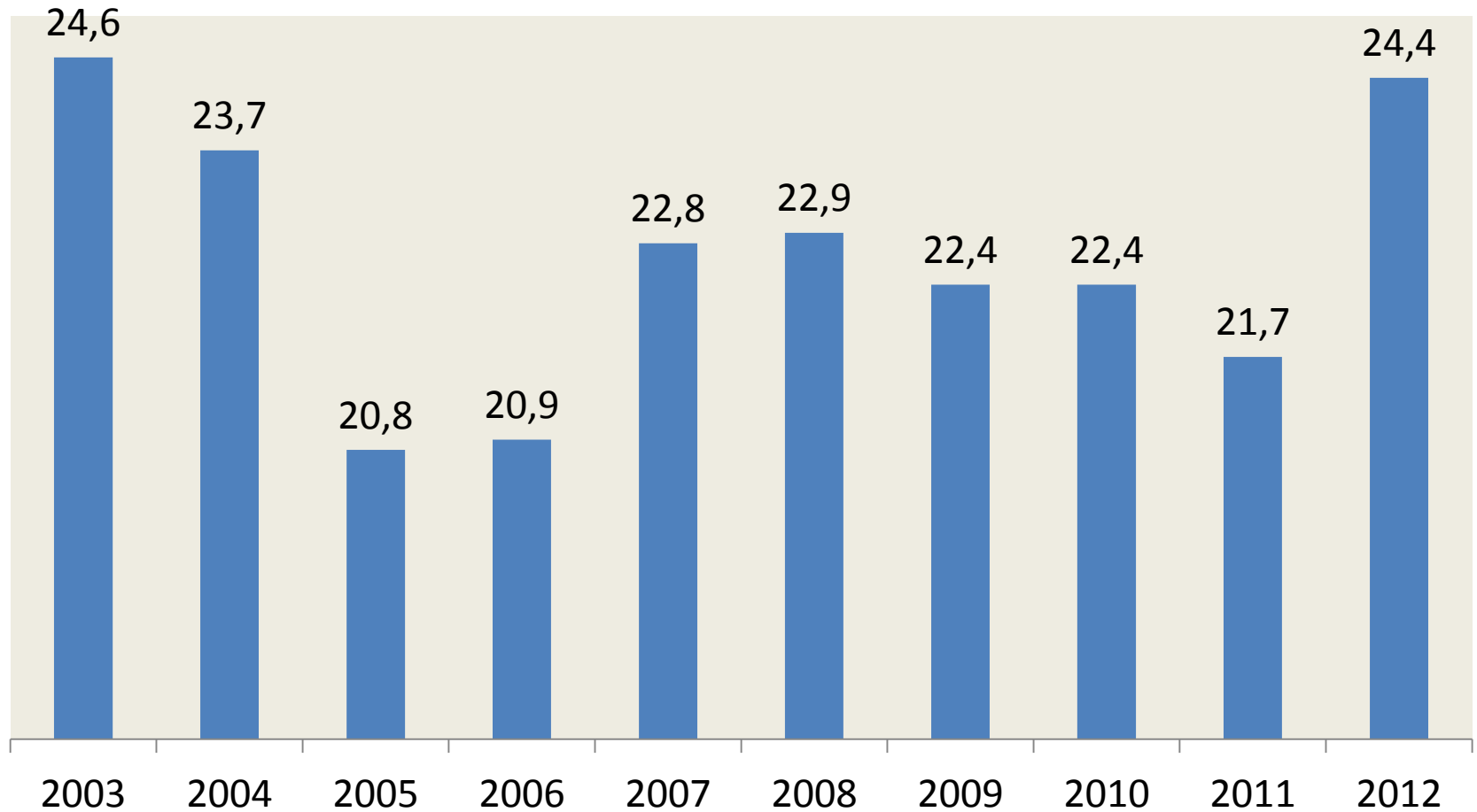


O País retrocede como atestam os dados conhecidos esta semana sobre condições de vida e rendimento:

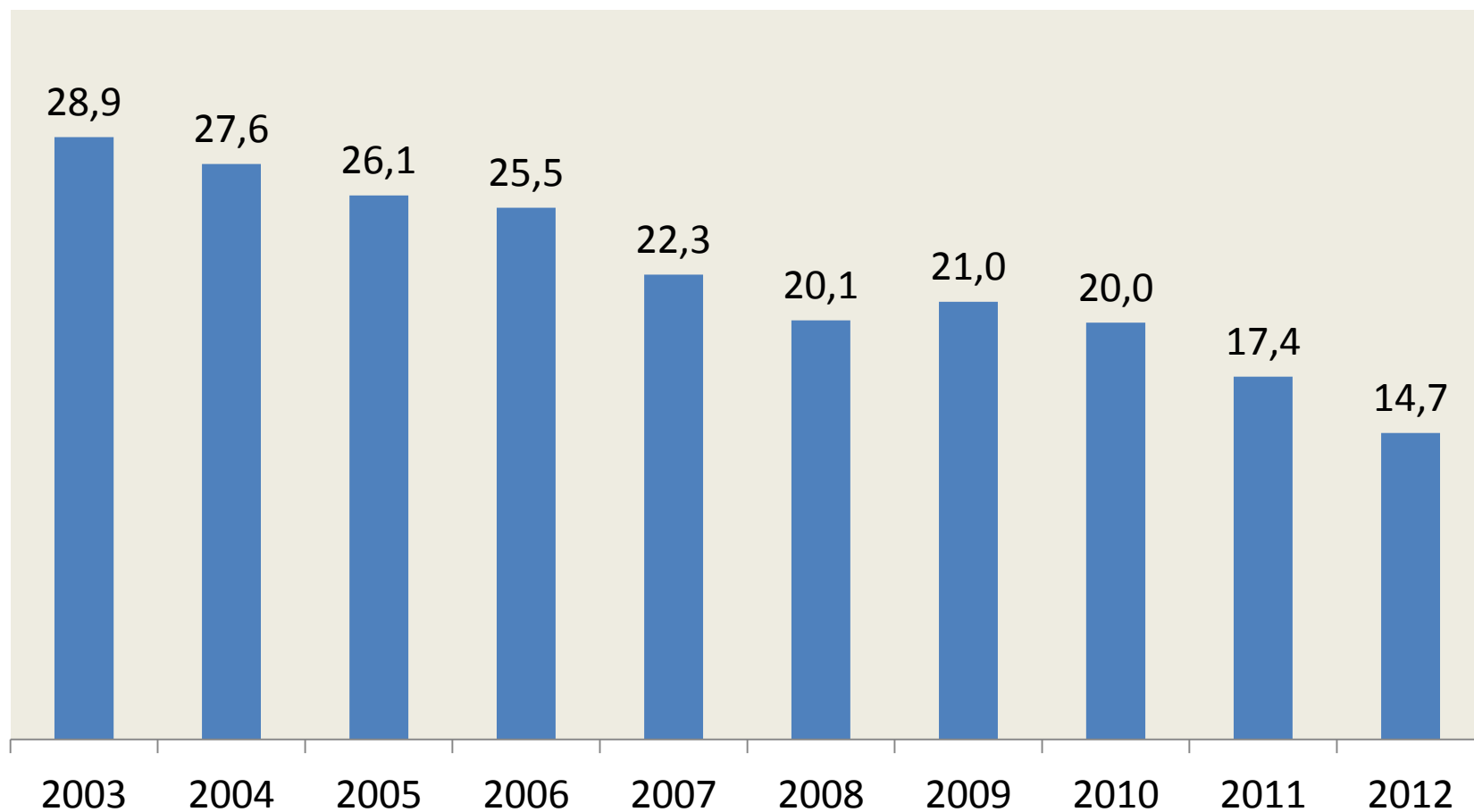
Taxa de Risco de Pobreza (%) (sub-indicador Europa 2020)



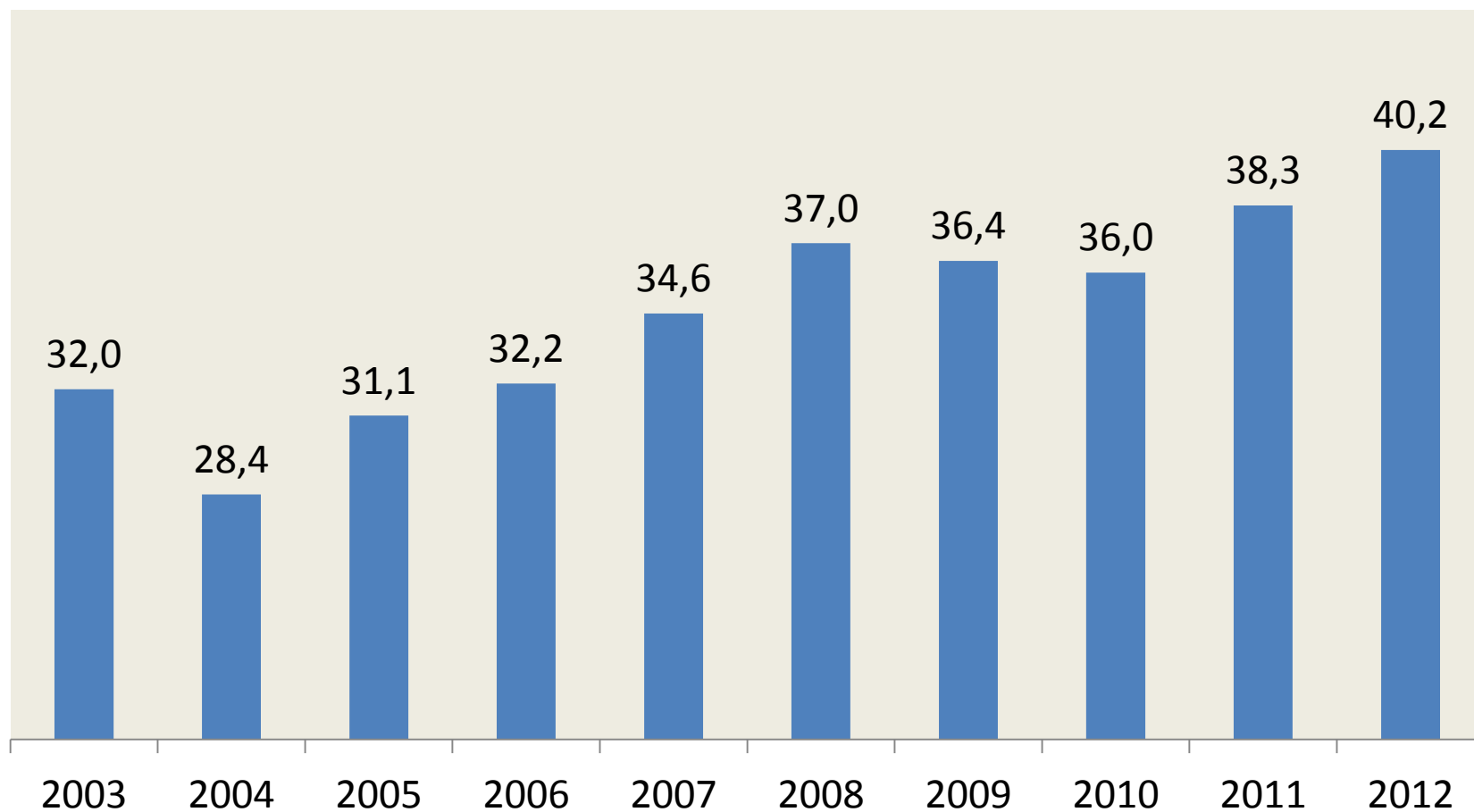
Taxa de Risco de Pobreza nas Crianças (%)



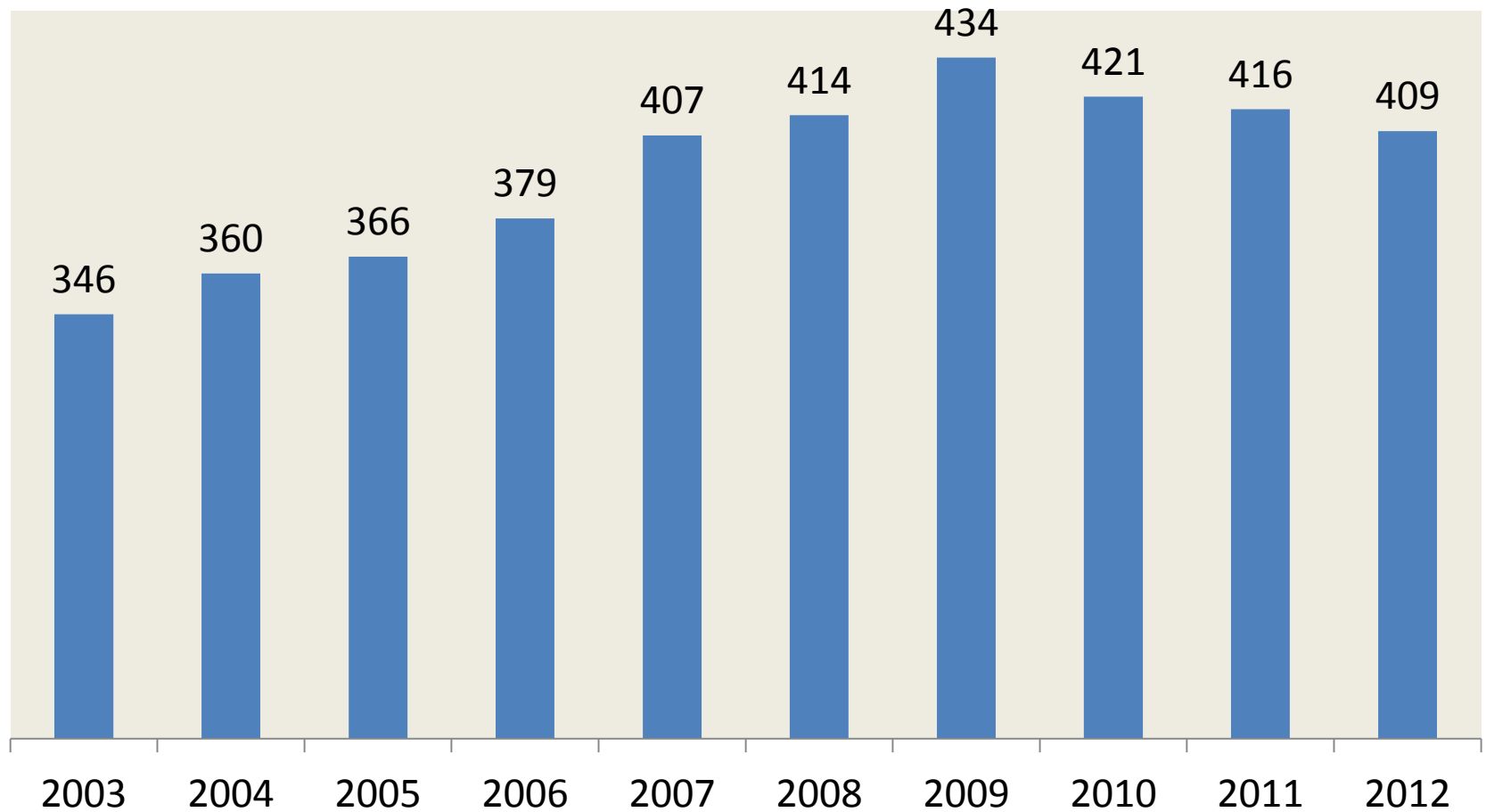
Taxa de Risco de Pobreza nos Idosos (%)



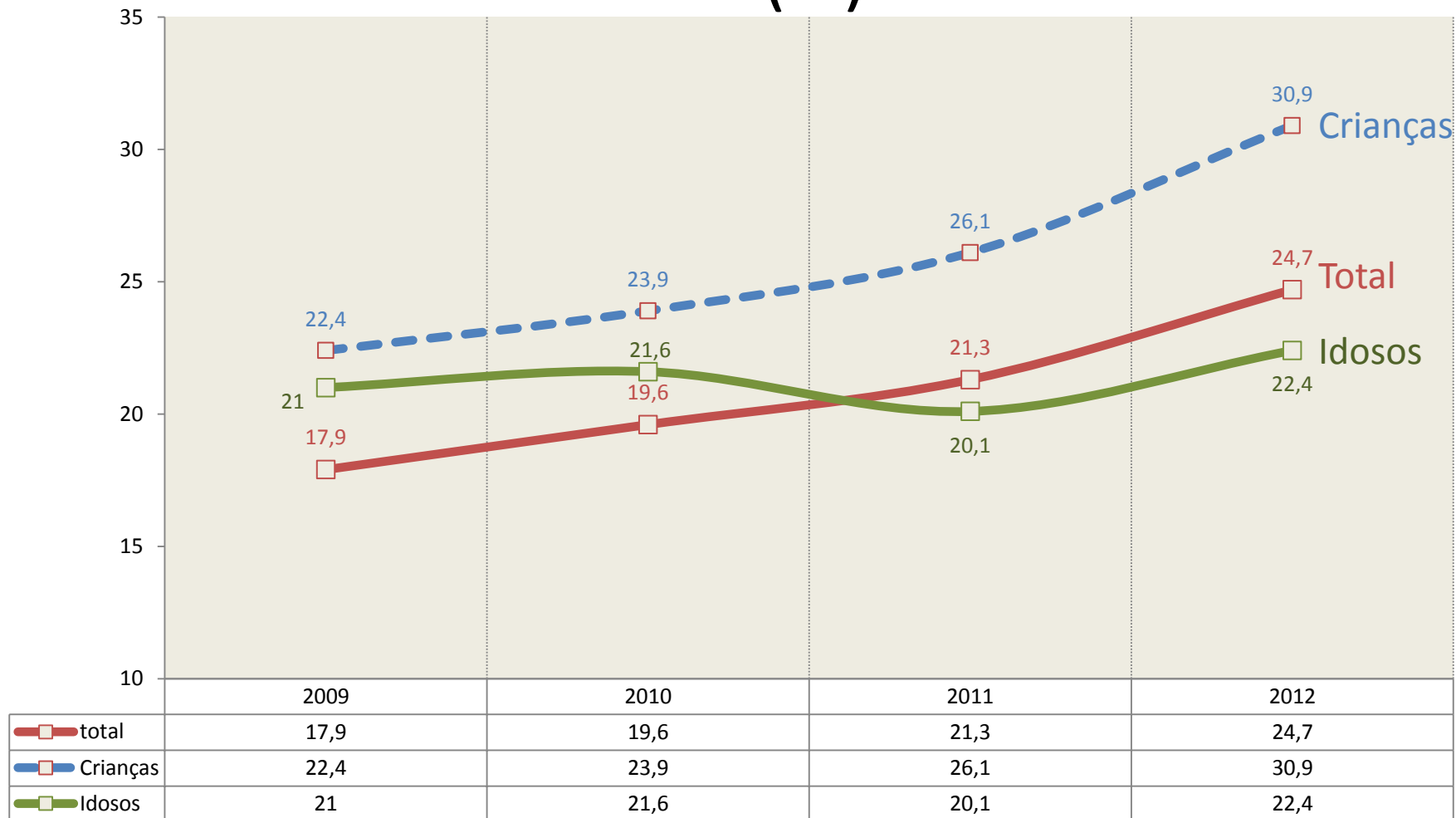
Taxa de Risco de Pobreza nos Desempregados (%)



Limiar de Risco de Pobreza (euros/mensal)



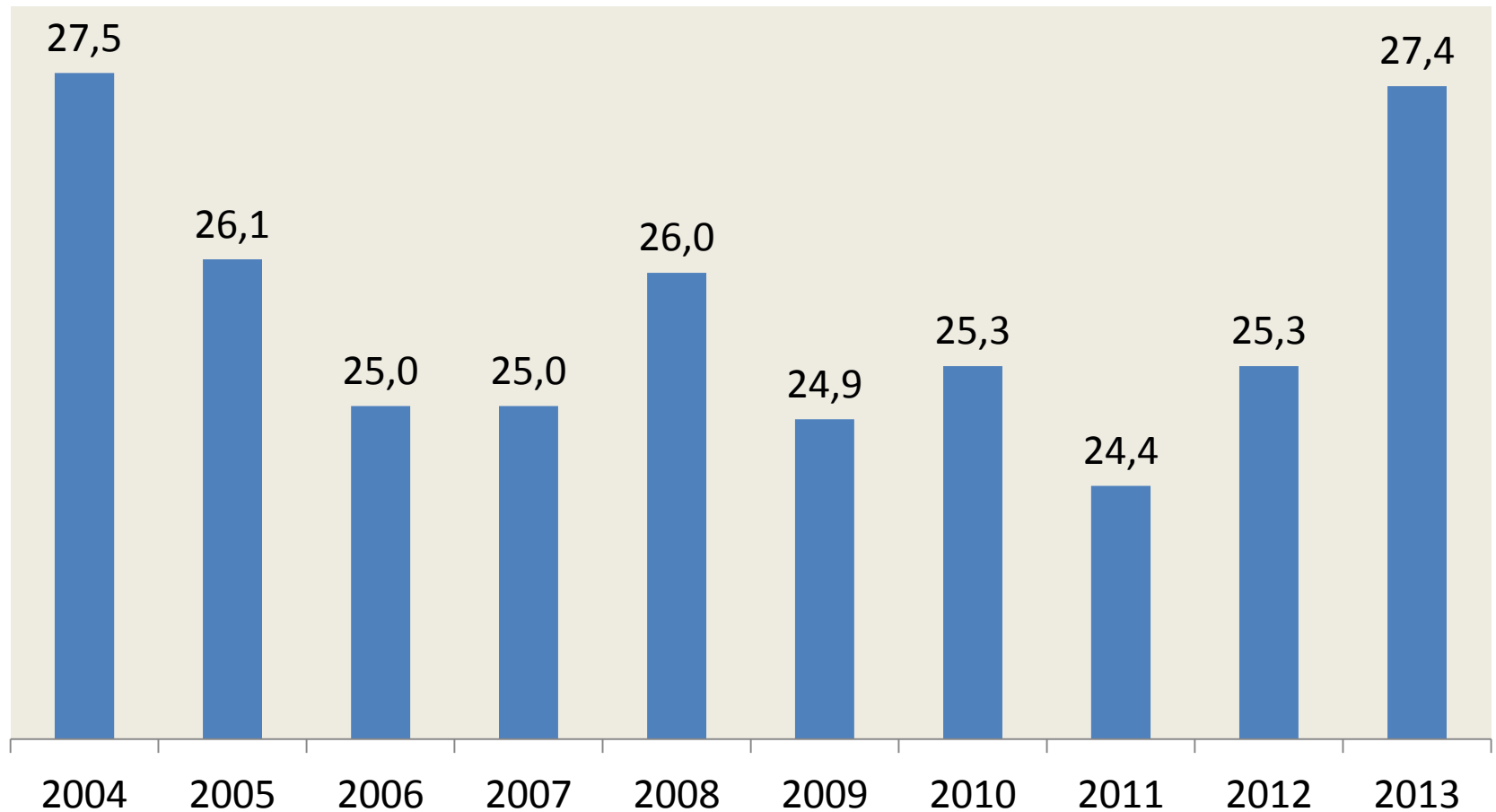
Taxa de Risco de Pobreza ancorada no ano de 2009 (%)



INE: Inquérito aos rendimentos e condições de vida , 2014

Nota: Uma vez que a taxa de risco de pobreza constitui um indicador que considera, por definição, apenas a distribuição do rendimento monetário líquido em cada ano, é, assim, condicionada pelas alterações do rendimento mediano. A título complementar o INE procedeu-se ao cálculo de uma linha de pobreza ancorada em 2009 e atualizada em 2010, 2011 e em 2012 com base na inflação

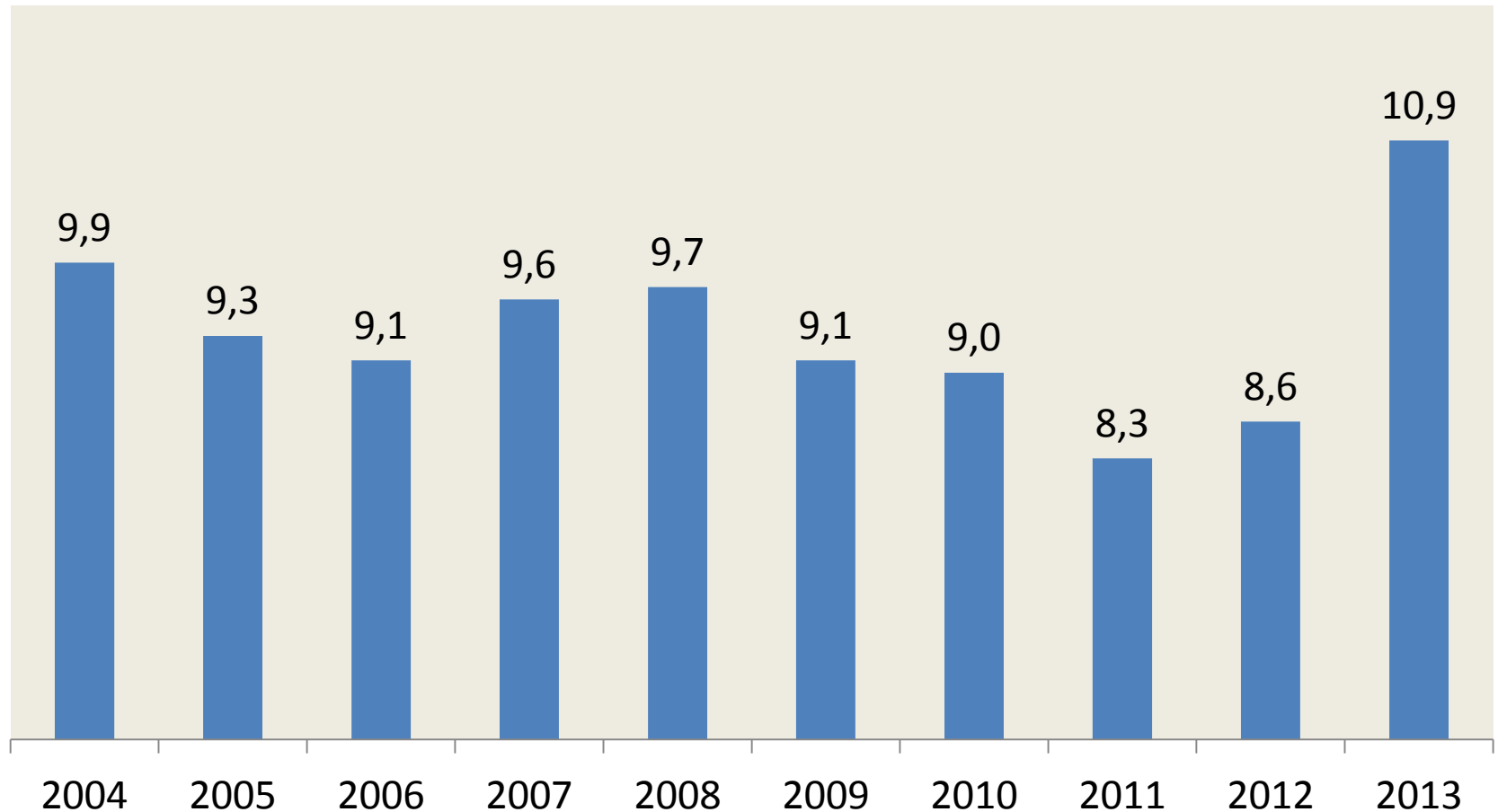
Taxa de Risco de Pobreza ou Exclusão Social (%) (indicador Europa 2020)



INE: Inquérito aos rendimentos e condições de vida, 2014

O indicador População em risco de pobreza ou exclusão social combina indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral per capita muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa).

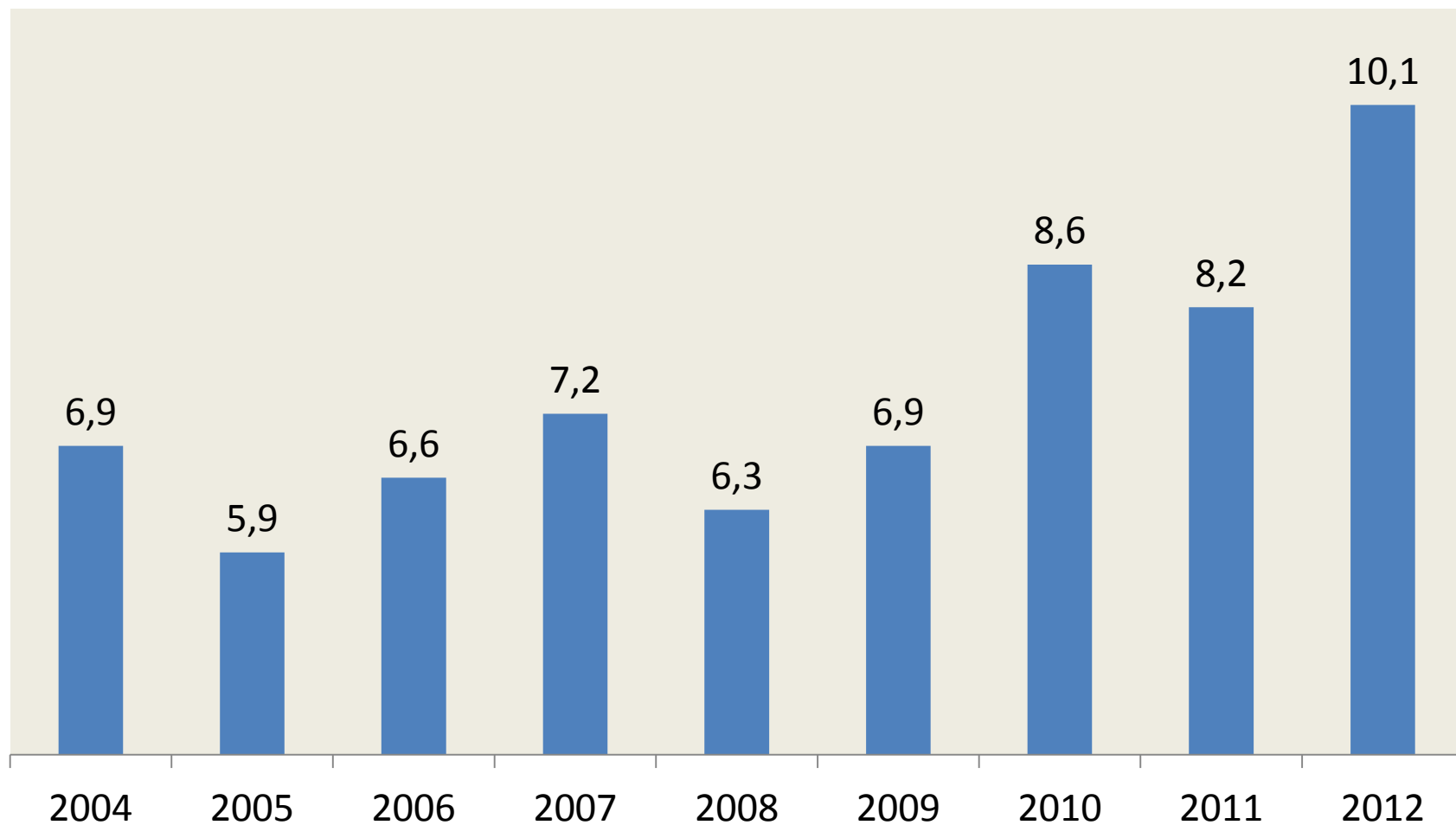
Taxa de Privação de Material Severa (%) (sub-indicador Europa 2020)



INE: Inquérito aos rendimentos e condições de vida , 2014

Nota: corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das seguintes dificuldades: a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

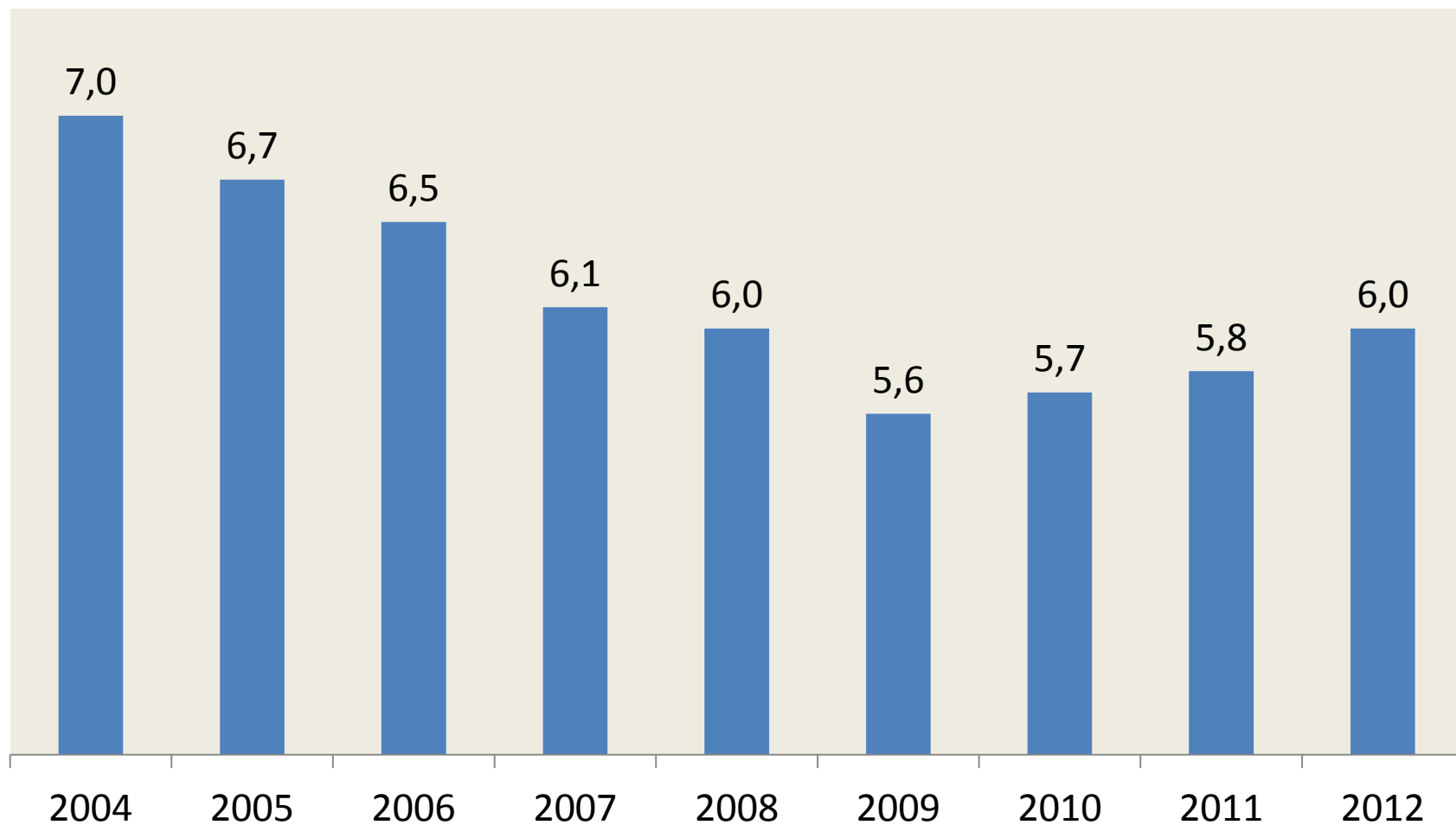
Taxa de Intensidade Laboral *per capita* Muito reduzida (%) (sub-indicador Europa 2020)



INE: Inquérito aos rendimentos e condições de vida, 2014

Nota: consideram-se em intensidade laboral *per capita* muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Desigualdade na distribuição de Rendimento (S80/S20)



INE: Inquérito aos rendimentos e condições de vida , 2014

Nota: S80/S20 = Distância entre os 20% com maiores rendimentos e os 20% com menores rendimentos. S90/S10 = Distância entre os 10% com maiores rendimentos e os 10% com menores rendimentos.

Bem Comum

Conceito aristotélico de causa final; bondade ou bem; participação; comunidade e ordem. Devem ser promovidas políticas públicas unificadoras de uma ética exercida de modo a homenagear o bem comum e a existência digna dos membros da comunidade.

“A política não é um meio da satisfação de preferências individuais mas antes uma forma de integrar os indivíduos em torno de uma concepção partilhada de bem comum”

A Doutrina da Igreja sobre as Questões Sociais

A dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política económica, mas às vezes parecem somente apêndices adicionados de fora para completar um discurso político sem perspectivas nem programas de verdadeiro desenvolvimento integral. Quantas palavras se tornaram incómodas para este sistema! Incomoda que se fale de ética, incomoda que se fale de solidariedade mundial, incomoda que se fale de distribuição dos bens, incomoda que se fale de defender os postos de trabalho, incomoda que se fale da dignidade dos fracos, incomoda que se fale de um Deus que exige um compromisso em prol da justiça. Outras vezes acontece que estas palavras se tornam objecto duma manipulação oportunista que as desonra. A cómoda indiferença diante destas questões esvazia a nossa vida e as nossas palavras de todo o significado. A vocação dum empresário é uma nobre tarefa, desde que se deixe interpelar por um sentido mais amplo da vida; isto permite-lhe servir verdadeiramente o bem comum com o seu esforço por multiplicar e tornar os bens deste mundo mais acessíveis a todos.

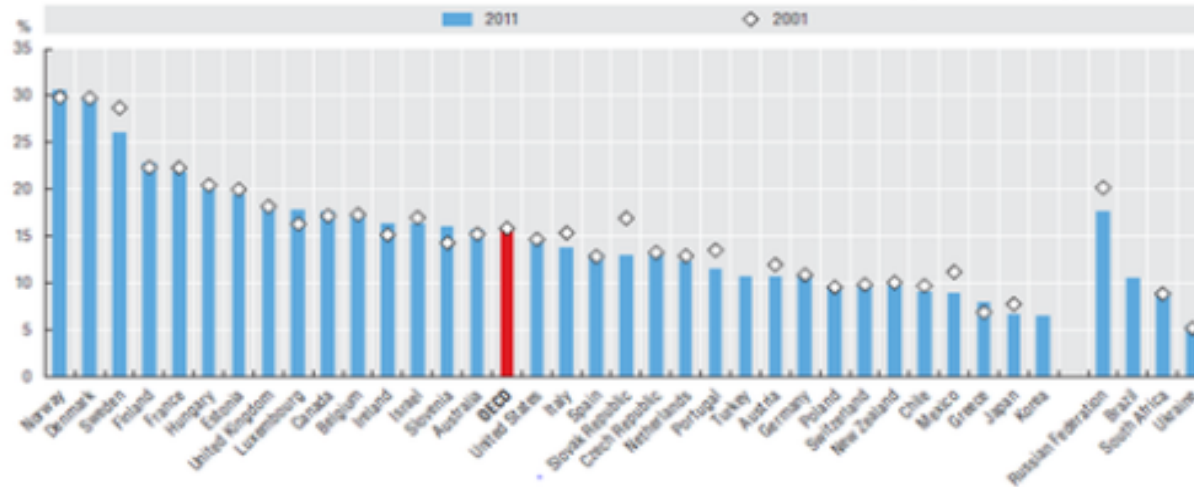
A Doutrina da Igreja sobre as Questões Sociais

Não podemos mais confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado. O crescimento equitativo exige algo mais do que o crescimento económico, embora o pressuponha; requer decisões, programas, mecanismos e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição das entradas, para a criação de oportunidades de trabalho, para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo. Longe de mim propor um populismo irresponsável, mas a economia não pode mais recorrer a remédios que são um novo veneno, como quando se pretende aumentar a rentabilidade reduzindo o mercado de trabalho e criando assim novos excluídos.

A Doutrina da Igreja sobre as Questões Sociais

A economia – como indica o próprio termo – deveria ser a arte de alcançar uma adequada administração da casa comum, que é o mundo inteiro. Todo o acto económico dum certa envergadura, que se realiza em qualquer parte do planeta, repercute-se no mundo inteiro, pelo que nenhum Governo pode agir à margem dum responsabilidade comum. Na realidade, torna-se cada vez mais difícil encontrar soluções a nível local para as enormes contradições globais, pelo que a política local se satura de problemas por resolver. Se realmente queremos alcançar uma economia global saudável, precisamos, neste momento da história, de um modo mais eficiente de interacção que, sem prejuízo da soberania das nações, assegure o bem-estar económico a todos os países e não apenas a alguns.

5.1. Employment in general government as a percentage of the labour force (2001 and 2011)



Três coisas: que Portugal baixou a percentagem de funcionários públicos na população ativa entre 2001 e 2011; que os valores para Portugal são nestes dois anos inferiores à média da OCDE (e da Irlanda); e que a Irlanda não só aumentou a percentagem de funcionários entre 2001 e 2011, como passou de uma posição em que estava abaixo da média da OCDE em 2001 para uma posição acima da média em 2011.

Para fazer uma comparação séria entre o ajustamento nos dois países, convém levar em linha de conta todos estes elementos.

Relatório OCDE Society at a Glance 2014

Algumas certezas deste Relatório:

- A crise financeira para além de gerar uma crise financeira e económica, gerou uma forte crise social;
- Muitas das consequências sociais desta crise só serão completamente avaliáveis no longo prazo (ex. impactos na fertilidade, na saúde, na educação);
- Se é verdade que há uma melhoria nas perspetivas económicas na generalidade dos países da OCDE, este relatório alerta os Governos para que não se iludam sobre o facto de que perdurarão no longo prazo os efeitos mais negativos desta crise, desde logo os efeitos do alto desemprego (desemprego de longa duração e desemprego dos jovens) e da quebra de rendimentos para demasiados cidadãos e cidadãs;
- O relatório salienta a importância das políticas sociais no apoio aos mais vulneráveis e pobres desde logo aos que mais precisam. É fortemente enfatizada a necessidade de compatibilizar a consolidação orçamental com a proteção dos mais pobres, e a necessidade de perceber que os cortes cegos e generalizados dos apoios sociais podem levar a pequenas poupanças no curto prazo que serão aumentos de despesa no longo prazo (esta crítica é a que mais fortemente se aplica a este Governo);
- Acresce a estas questões a preocupação com a forte deterioração dos níveis de confiança dos cidadãos nas instituições, bem como uma forte deterioração dos níveis de satisfação das pessoas (Portugal regista os piores níveis).

A European Social Union: 10 Tough Nuts to Crack

- **The necessity of a European Social Union**

This is why EMU must be complemented with a genuine social dimension for it to be sustainable in the long term. A Social Union would support national welfare states on a systemic level in some of their key functions (such as macroeconomic stabilisation) and guide the substantive development of national welfare states – via general social standards and objectives, leaving ways and means of social policy to Member States – on the basis of an operational definition of ‘the European social model’. In other words, European countries would cooperate in a union with an explicit social purpose – hence, the expression ‘European Social Union’ (ESU). ESU, so conceived, is not only desirable, but necessary.

A European Social Union: 10 Tough Nuts to Crack

- **Towards a European Social Union: 10 Tough Nuts to crack**
- The first nut to be cracked is whether or not we believe that this analysis is correct, i.e. *whether or not we believe that upward convergence is a necessity, in the Eurozone, and in the EU at large – to be reconciled with the legitimate diversity that characterizes the EU?* ;
- The second nut to crack is: *Do we see 'social investment' as the basis for a 'pact' for setting long-term goals in a spirit of reciprocity, extending the European Commission's Social Investment Package?*
- The third nut to crack concerns the idea of mainstreaming, notably with regard to the Eurozone: *Do we agree with mainstreaming social policy concerns in the macroeconomic and budgetary surveillance of EMU, and – if yes – what should be the role of the different policy strands?*
- The fourth nut to crack is thus: Does the Group see the possibility of establishing contractual arrangements between the EU and the Member States that ensure a constructive surveillance of employment and social policies alongside the surveillance now in place for economic policies? Can contractual arrangements and cohesion policy operational programmes be made consistent and complementary policy tools, in order to increase – instead of merely substitute – efforts at EU level in employment and social policies? Can we thus instantiate 'solidarity in reform'?
- The fifth nut to crack is: How does the Group assess the political (as opposed to technical) feasibility of such schemes?

A European Social Union: 10 Tough Nuts to Crack

- **Towards a European Social Union: 10 Tough Nuts to crack**
- The sixth nut to crack is therefore: Can a binding EU framework on minimum wages support national social policies and ensure that cross-border mobility can be encouraged without jeopardizing existing social arrangements?
- The seventh tough nut to crack is therefore: Can a more binding EU framework on minimum income protection serve to raise the quality and efficiency of domestic social systems?
- The eighth nut to crack is this: *What could be the most fruitful ways forward: building on existing arrangements, including the sectoral dialogue; working through the European Semester; broadening the Macroeconomic Dialogue? Should the EU support national social dialogue in a more direct way (e.g. enhanced capacity building efforts through the Funds)? And, on which particular issues should it focus?*
- The ninth nut to crack is this: Would better Eurozone governance in this way improve both the legitimacy and quality of social governance, or would it simply increase the risk of creating a two-speed Europe?
- The tenth nut to crack concerns the selection of priorities and the scope for tangible EU initiatives: Do we believe that more success in quality education for all young Europeans should be a number one priority within a credible European social investment strategy? How far do we see tangible pan-European action being developed in this area?

A European Social Union: 10 Tough Nuts to Crack

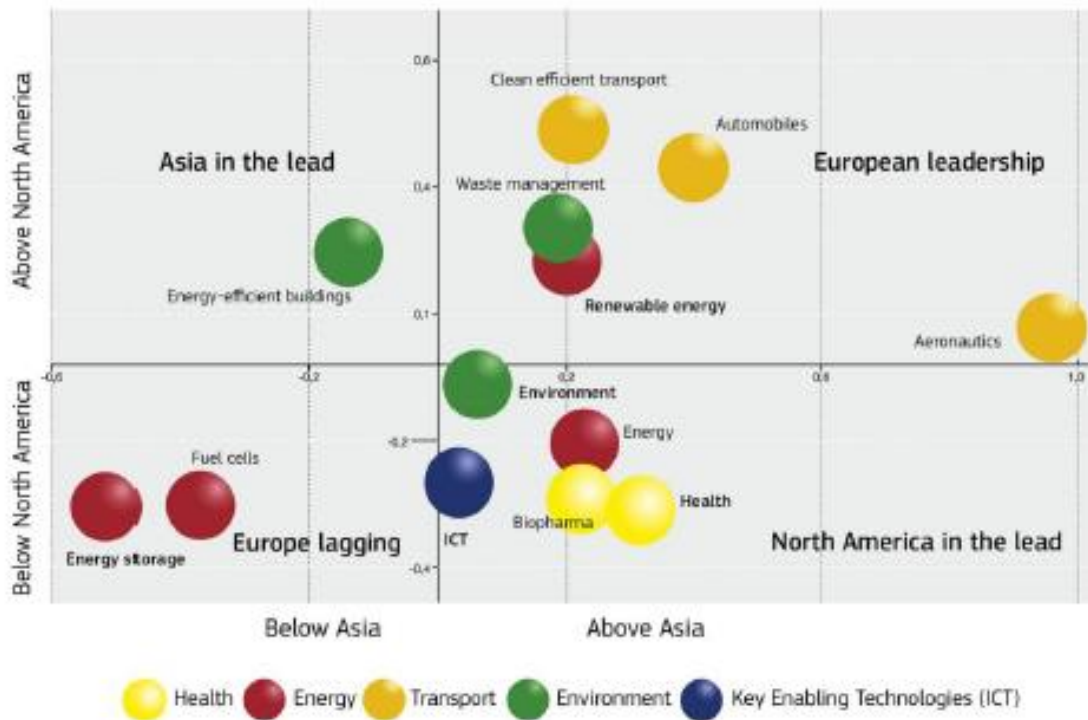
- **From a Sense of Survival to a Sense of Common Purpose**

Against the backdrop of the continuing financial, economic and social crisis, there is a need for more resolute EU-level action to promote sustainable growth, employment and social investment. The social impact of the ongoing adjustment processes is unsettling. That is, in itself, a reason why the European Union must be seen as really caring for the social conditions of its citizens. But the challenge is even more fundamental.

In this report, we have argued that Europe is in need of a Social Union: one that would support national welfare states on a systemic level in some of their key functions (such as macroeconomic stabilisation) and guide the substantive development of national welfare states – via general social standards and objectives, leaving ways and means of social policy to Member States – on the basis of an operational definition of the European social model. In other words, European countries would cooperate in a union with an explicit social purpose – hence, the expression ‘European Social Union’.

Horizonte 2020: promover a competitividade industrial

Desenvolvimento tecnológico nos principais mercados mundiais



Fonte: Comissão Europeia
 Dados: Base de dados de patentes da OCDE

- Las economías capitalistas han sido espectacularmente eficientes para lograr el aumento del consumo de bienes privados, al menos a largo plazo. En cuanto a los bienes públicos – como, por ejemplo, la educación, el medio ambiente, la atención de salud y la igualdad de oportunidades -, la ejecutoria no es tan impresionante y, a medida que las economías capitalistas se desarrollaban, parecen haber aumentado los obstáculos políticos.

“Onde está a vida que perdemos vivendo?

Onde está a sabedoria que perdemos no conhecimento?

Onde está o conhecimento que perdemos na informação?”

T. S. Eliot

- Muito obrigada pela vossa atenção.